

O futuro da agricultura amapaense

SE CONSIDERARMOS UM POTENCIAL PARA PLANTIO DE GRÃOS DE 300 MIL HECTARES DO CERRADO AMAPAENSE, O ESTADO TERÁ CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE 15 MIL PESSOAS, OU SEJA, MAIS DE 20% DE TODA A SUA POPULAÇÃO.

Historiadores evidenciam que o declínio das primeiras grandes civilizações quase sempre esteve atrelado ao déficit alimentar. Mesmo atualmente, países e estados fortes são aqueles que conseguem, por algum período de tempo, se manter com suas próprias reservas.

Neste contexto, desde o início deste milênio, o agronegócio brasileiro vem batendo recordes, se consolidando como um dos setores que mais contribuem com o PIB nacional, representando cerca de 35% da produção, além de ser o segmento que manteve, até 2013, o saldo da balança comercial positivo, representando 7% das importações e mais de 42% das exportações totais brasileiras.

Por outro lado, a agricultura ainda é muito deficitária em diversas regiões do País, sendo o Amapá uma delas, gerando incertezas quanto aos possíveis desabastecimentos de alimentos que a população possa sofrer. Apesar de sua alimentação tradicional se basear no consumo de açaí, farinha e peixes, o estado é dependente da aquisição de alimentos de outros estados. Carne bovina do Centro-Oeste, aves do Sul, farinha do Paraná e o açaí e o pescado do vizinho Pará estão presentes no cotidiano do amapaense, fazendo com que no preço desses produtos seja embutida uma grande parcela do custo da logística de transporte. Logística essa tão falha que, na ocorrência de pequenos problemas, pode causar o desabastecimento de todo o estado.

A chegada da agricultura empresarial em setores não tradicionais, em que predominavam o extrativismo e a agricultura familiar, geralmente causa a insegurança e a desconfiância da população local, preocupada com o êxodo rural, que nada mais é que a expulsão do homem do campo para a periferia das grandes cidades, já infladas e carentes de postos de trabalho. A história da ocupação dessas novas fronteiras agrícolas (Mato Grosso, Goiás e, recentemente, a região do Matopiba, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), tem-se mostrado oposta a essas preocupações da sociedade, demonstrando claramente a evolução que o setor primário pode proporcionar aos diversos segmentos econômicos de uma região.

O desbalanço entre as populações rural e urbana pode ser evidenciado na Tabela 1. Observa-se que praticamente 90% da população do Estado do Amapá se concentra nas cidades. Se levarmos em consideração que, segundo estimativa do IBGE de 2013, a região metropolitana, que engloba os municípios de Macapá e Santana, possui 546.153 habitantes, esses índices se tornam ainda mais preocupantes, demonstrando a falta de planejamento na colonização do interior do Estado do Amapá, especialmente pela ausência de condições de vida que os demais 14 municípios do estado apresentam.

A agricultura pode reverter em pouco tempo esse cenário. No Brasil, segundo trabalho publicado pela Embrapa em

2004, a produção de soja emprega 2 pessoas a cada 100 ha plantados de milho, 8 pessoas, ou seja, em média, 5 trabalhadores para cada 100 ha destinados à produção de grãos.

Se considerarmos um potencial para plantio de grãos de 300 mil hectares do Cerrado Amapaense, o estado terá capacidade de ocupação de mão de obra de 15 mil pessoas, ou seja, mais de 20% de toda a população (contando homens, mulheres e crianças) que estava na zona rural do estado em 2013. Isso apenas no trabalho direto no campo. Segundo o mesmo estudo da Embrapa, para cada emprego gerado no campo, o complexo de produção de grãos gera outros seis empregos, seja nos setores anteriores, seja posteriores à produção desses grãos.

Neste sentido, o montante de empregos gerados pelo potencial de produção de grãos gira em torno de 90 mil empregos diretos e indiretos. É o mesmo que dizer que o uso racional do Cerrado Amapaense com a produção de grãos deverá promover um êxodo urbano, ou seja, mão de obra indo da cidade para o campo e fortalecendo o interior do estado.

A problemática não envolve apenas a geração de empregos, mas também a remuneração justa pelo serviço prestado. Podemos evidenciar a atual distorção desse elemento econômico na Tabela 1, quando observamos que o rendimento per capita mensal do trabalhador rural é quase 2,5 vezes menor que o do trabalhador urbano, dificultando ainda mais o interesse da migração para o campo.

Neste quesito, podemos usar o exemplo da Agrocerrado, propriedade rural

Tabela 1. Divisão da população rural e urbana do Amapá e seus rendimentos per capita.

Localidade	População	Rendimento per capita (R\$ / mês)
Rural	68.490	323,16
Urbana	601.036	797,29
Total	669.526	747,48

Fonte: IBGE (2013).



Gustavo Spadotti Amaral Castro.

instalada nos municípios de Itaúbal do Pírim e Tartarugalzinho desde 2013 e associada à Aprosoja/AP. Nesse primeiro ano de atividade, foram empregadas regularmente, aproximadamente, 17 pessoas, entre fixas e temporárias, com remuneração média de R\$1.230,00 mensais, das quais nenhum colaborador recebeu menos de R\$ 850,00 por mês. Essa remuneração se mostrou maior que a média urbana do estado e mais do que o dobro da média rural. Isso nos permite afirmar que devemos ter um processo de valorização do trabalho em todo o estado, especialmente no campo.

A evolução dessa fonte de renda pode ser observada quando focamos esforços nas transformações ocorridas na Vila do Curicaca, localizada no Município de Itaúbal do Pírim, sendo esta a localidade mais próxima da propriedade rural supracitada. A valorização da mão de obra local culminou no aumento do poder de renda da vila, onde foi possível notar o fortalecimento dos pequenos comércios de manufaturas e alimentos, além da desestagnação do setor da construção civil, que gerou melhorias nas habitações locais.

Em relação à qualidade de vida da população, podemos usar como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de alguns municípios brasileiros de diferentes regiões do País que passaram, ao longo do tempo, pelo fortalecimento da agricultura (Tabela 2). Observem o avanço dos últimos 20 anos de algumas cidades brasileiras que têm a produção de soja como atividade econômica principal e o IDH que já foi alcançado.

Comparem com municípios amapaenses com grande potencial de produção, como Itaúbal do Pírim, Tartarugalzinho e Macapá. Mesmo a capital, que possui o melhor desempenho do estado, tem indicadores piores que das três cidades do MT e das duas cidades do PR e RS. Também chama a atenção o salto das cidades baianas com dedicação recente a essa atividade. Há 10 anos, elas

estavam no nível de Itaúbal do Pírim e Tartarugalzinho e, hoje, têm qualidade de vida próxima à de Macapá.

Contudo, a chegada da agricultura empresarial ao Estado do Amapá esbarra em questões pontuais às quais todas as fronteiras agrícolas tiveram de se adequar. A principal delas está ligada à regularização fundiária. Este tema é sempre polêmico e desperta opiniões, muitas vezes, balizadas em ideologias. O importante é dar subsídio aos produtores, sejam eles familiares ou empresariais, para que possam obter a titulação definitiva e a escritura de suas terras. O segundo passo diz respeito à adequação às legislações ambientais vigentes. Neste sentido, a emissão de licenças para abertura de áreas deve ser avaliada de forma criteriosa e acompanhada por meio de fiscalizações.

Quanto à visão do setor em relação à conservação ambiental, existe farto material tratando de ações específicas nesse campo, podendo-se destacar duas delas:

- **Moratória da soja** – movimento liderado pelos produtores e processadores de soja, que tem por objetivo conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação socioambiental do Bioma Amazônico, proibindo, entre outros pontos, a comercialização de soja proveniente de áreas de florestas desmatadas.

- **Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)** – conjunto de atividades e ações que visam fortalecer a agricultura por meio da redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa, buscando a sustentabilidade ambiental da produção de alimentos. Entre as práticas do Programa ABC, estão algumas desenvolvidas ou adaptadas no âmbito das pesquisas da Embrapa: sistema plantio direto, tratamento de resíduos animais, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), fixação biológica de nitrogênio, plantio de florestas e recuperação de áreas degradadas.

Com isso, juntamente com o Zoneamento Ecológico-Econômico do cerrado do Amapá e aliado à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o setor deve ser fortalecido e ganhar ainda mais legitimidade quanto à produção agrícola.

Fica evidente que o avanço dessa agricultura empresarial em áreas de cerrado, ambiente sempre marginalizado em virtude das dificuldades que o pequeno produtor encontrava em domesticar a produção, trará a valorização e o fortalecimento da agricultura local. Isso vale tanto pelo aspecto econômico, quanto pelo de marketing, no sentido de se valorizar a produção fora de áreas de Floresta Amazônica.

Todos esses itens podem ser contemplados pela agricultura amapaense, possibilitando que ela seja um caso ímpar na história brasileira, garantindo a sustentabilidade da produção de alimentos desde sua implantação, adequando-se às mais exigentes normas de produção e comercialização, garantindo a idoneidade do setor perante as questões ambientais, sociais e produtivas. Esse pode ser o cenário da agricultura amapaense. Basta dar condições adequadas e juridicamente legais, para valorizar os bons produtores rurais e nosso homem do campo.



Gustavo Spadotti Amaral Castro.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano em diversas cidades brasileiras.

Localidade	Cidades	1991	2000	2010	Posição no Ranking Nacional
Norte	Itaúbal do Pírim, AP	0,268	0,415	0,576	4718º
	Tartarugalzinho, AP	0,311	0,450	0,592	4331º
	Macapá, AP	0,525	0,622	0,733	940º
Nordeste	Luiz Eduardo Magalhães, BA	0,391	0,547	0,716	1427º
	Barreiras, BA	0,408	0,572	0,721	1266º
Centro-oeste	Nova Mutum, MT	0,432	0,640	0,758	400º
	Rondonópolis, MT	0,480	0,638	0,755	453º
	Lucas do Rio Verde, MT	0,549	0,0658	0,768	249º
Sul	Ponta Grossa, PR	0,548	0,676	0,763	320º
	Passo Fundo, RS	0,589	0,701	0,776	168º

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Gustavo Spadotti Amaral Castro
Pesquisador da Embrapa Amapá
gustavo.castro@embrapa.br